

Os efeitos das redes sociais no direito da personalidade

HESTÉFANO CHRISTIAN Z. DE OLIVEIRA¹; LAVÍNIA LARISSA P. S. PEREIRA¹; MICAELA A. DE CASTRO¹.

¹ Bacharelados em Direito pela Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas.

Palavras-chave: Direito da Personalidade. Redes Sociais.

RESUMO: O presente texto trata da validação do exercício da cidadania nas redes sociais, bem como observar o que essas trazem de efeitos aos direitos da personalidade. Os Direitos da Personalidade são direitos irrenunciáveis e intransmissíveis, não podendo sofrer limitações em aspectos constitutivos de sua identidade, a título de exemplo: a vida, a integridade, a liberdade, a sociabilidade, a honra, a privacidade, a autoria, a imagem e outros. Sendo estes subjetivos e erga omnes, isto é, se aplicam a todos os homens. O Direito da Personalidade vem para atribuir proteção eficaz da pessoa humana em todos os seus atributos de forma a proteger e assegurar sua dignidade como valor fundamental. Essa proteção estende-se a toda pessoa dotada de personalidade, até mesmo na internet uma vez que a era tecnológica vem ganhando cada vez mais espaço de debate e de influência através de algoritmos nas nossas vidas pessoais. A exposição midiática causa um efeito em cadeia, ao incluirmos nomes, nome dos pais, data de nascimento, número do registro geral, número do cadastro de pessoas físicas, endereços residenciais, não se tem ideia do número expansivo de pessoas que podem acessar remotamente todos os dados que são disponibilizados, e não se sabe também quais as intenções e finalidades para quais os usuários se interessam por estas informações. No processo comunicativo das redes sociais as pessoas encontram mecanismos propícios para se exporem cada vez mais. Dito isso, é importante ressaltar que a cultura digital cultuada pela sociedade não é isenta de perigos e consequências na realidade não virtual. Consoante destacar o potencial manipulador das redes sociais. Nelas se criam uma cultura de espetáculo e se transformam em mais um meio de manipulação e controle de massas. Tal volume de informações tem provocado significativa exposição e vulnerabilidade. A metodologia utilizada foi a Metodologia de Pesquisa de Campo somada a Pesquisa Bibliográfica. Caracterizadas por investigações que, somadas às pesquisas bibliográficas e/ou documentais, se realiza coleta de dados junto às pessoas, com recurso de diferentes tipos de pesquisa. A proposta de criar então um perfil público, nomeado como Cidadania na Web (@cidadanianaweb) na rede social

Os efeitos das redes sociais no direito da personalidade

Instagram, teve como motivação entrar em contato com o público e proporcionar a disseminação de informações legislativas, capaz de instruir o internauta, garantindo que assim as pessoas possam fazer o uso das redes de forma segura e protegidas. O IG conta com 13 publicações até o presente momento, além de diversas interações no 'storie' para criar um laço de interatividade maior com o público. E para maior comodidade e anonimidade do público foi disposto também de um endereço de e-mail eletrônico, cidadanianaweb@outlook.com, assim nos mostramos abertos a orientar dentro do possível e do alcançável sobre possíveis dúvidas que venham a ter. Atingido os objetivos foi possível visualizar a forma como os usuários se relacionam com a lei, e consequentemente constatar a relevância desta proposta: disponibilizar, a partir das redes sociais, um recurso que possibilite o conhecimento das situações de risco encontradas na internet e as devidas proteções legais.